TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO ELETRÔNICO TC Nº. 05757/16

CONTROLE DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL – PENSÃO – PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS – REGULARIDADE DOS CÁLCULOS DO BENEFÍCIO – ATO EXPEDIDO POR AUTORIDADE COMPETENTE - LEGALIDADE DO ATO CONCESSÓRIO – CONCESSÃO DO REGISTRO.

ACÓRDÃO AC1 TC 2.013 / 2016

1. DADOS SOBRE A PENSÃO:

   1.1. BENEFICIÁRIO(S) E NATUREZA DO BENEFÍCIO:

José Ferreira de Barros	**Vitalícia**

   1.2. SERVIDOR(A) FALECIDO(A):
   - 1.2.1. Nome: **Maria Diniz de Oliveira Barros.**
   - 1.2.2. Matrícula: **36.273-5**
   - 1.2.3. Cargo: **Professor.**
   - 1.2.4. Lotação: **Secretaria de Estado da Educação.**

   1.3. ATO:
   - 1.3.1. Data: **09/12/2015 (fl. 11).**
   - 1.3.2. Órgão e data de publicação: **Diário Oficial do Estado, de 06/01/2016 (fl. 12).**
   - 1.3.3. Autoridade Emitente: **Presidente da PBPREV, Senhor Cristiano Henrique Silva Souto.**

2. CONCLUSÕES DA AUDITORIA: **em seu relatório inicial (fls. 22/24), a DIAPG concluiu pela legalidade do ato concessório da pensão, formalizado pela Portaria de fl. 11, entendendo pelo seu registro.**

3. PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL: **oral, na sessão, em harmonia com a Unidade Técnica de Instrução.**

4. VOTO: **considerando o relatório da Auditoria e a análise dos autos, concluo que o processo está devidamente instruído, a beneficiária preencheu os requisitos legais à percepção da pensão, os cálculos estão corretos e o ato foi expedido por autoridade competente, razão pela qual VOTO pela declaração de sua legalidade e concessão do competente registro.**

ACORDAM, à unanimidade, os integrantes da PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, na Sessão realizada nesta data, em reconhecer a legalidade do ato concessório do benefício, expedido por autoridade competente, em favor de beneficiária apta e do correspondente cálculo, elaborado pelo Órgão de Origem, concedendo-lhe o competente registro.

Publique-se, intime-se, registre-se e cumpra-se.
Sala das Sessões da Primeira Câmara do TCE/PB
Plenário Conselheiro Adailton Coêlho Costa
João Pessoa, 07 de julho de 2016.

mgq

Em 7 de Julho de 2016



Cons. Fábio Túlio Filgueiras Nogueira
PRESIDENTE



Cons. Marcos Antonio da Costa
RELATOR



Luciano Andrade Farias
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO